União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Dezembro '18

Ata nº 15

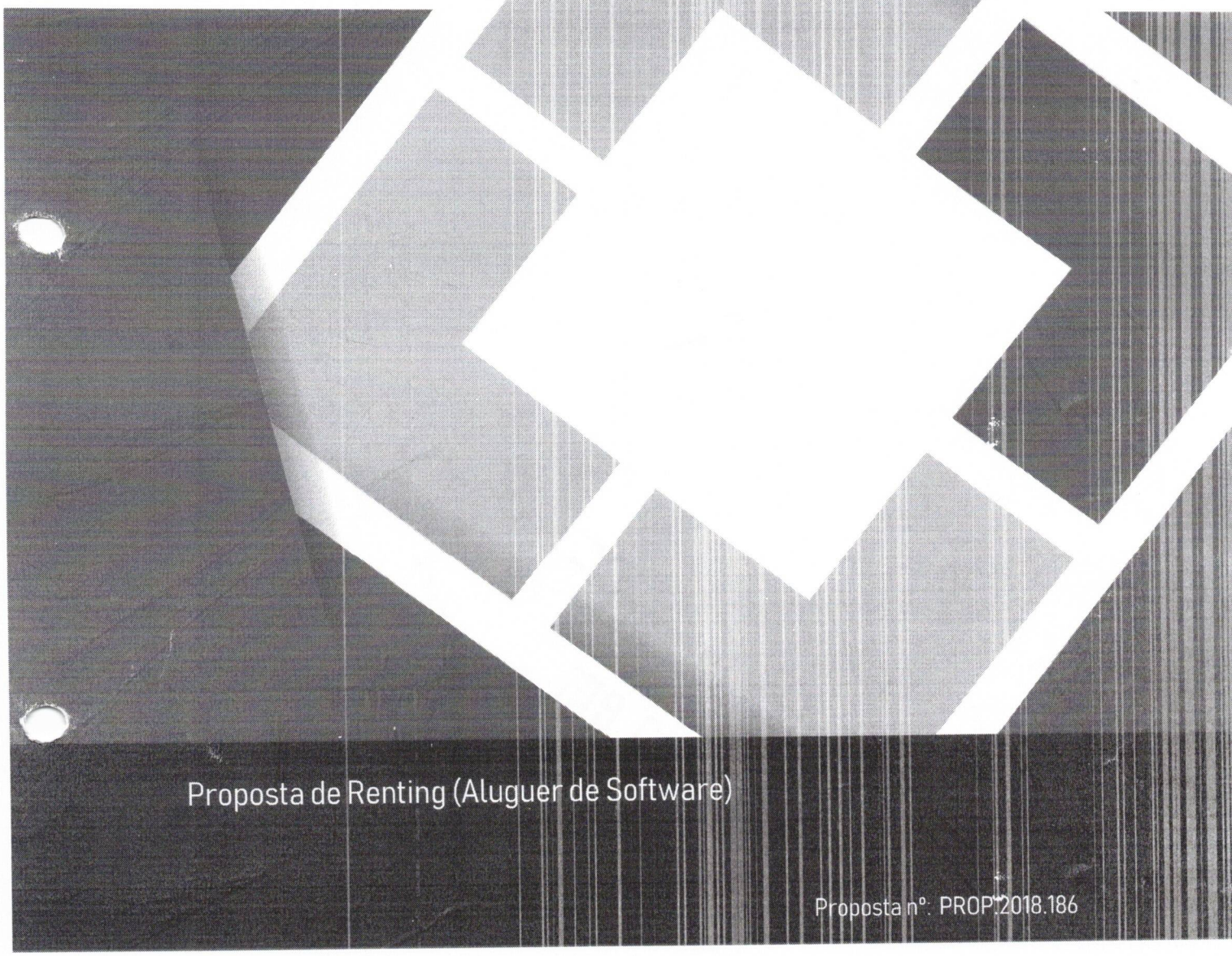
Anexos

UNIÃO DE FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS
Entrada: ____/____/____
Despacho: ☐ Urgente ☒ P/conhecimento
☒ Secretário(a) ☒ Tesoureiro(a)
☐ GA Macieira ☐ GA Caramos
☐ . á reunião executivo ☐ Presidente Assembleia
Obs: 1 - T.C. Pinto
2 à Junta de Freguesia

Despacho. 3

NÚCLEO DATA

CONSULTORIA E PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA.



Proposta de Renting (Aluguer de Software)

Proposta nº: PROP.2018.186

Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

29-10-2018

Modalidade Renting:

Pocal – Regime Simplificado /SNC-AP

Elaborado segundo todas as normas previstas no Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, diploma que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, o POCAL Núcleo Data é um programa versátil, que se adapta facilmente à metodologia de trabalho dos seus utilizadores, é intuitivo e de fácil utilização. Para além das funções básicas e obrigatórias, este que é sem dúvida, uma peça ímpar quando comparado com outros do mesmo género, também nos oferece um suporte vasto de capas e mapas de apoio que, conjugados, passam a ser verdadeiros dossiês passíveis de serem apresentados diante das mais diversas entidades e situações.



Valor: **20,00€/mês**
(1 utilizador)

Cemitérios

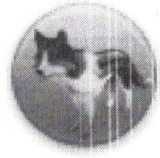
Com este programa, poderá abandonar o "velho" livro de registos e trabalhar diretamente com a planta do seu cemitério o que facilita, e muito, a gestão do mesmo. Inumações, venda de sepulturas, jazigos e ossários, transladações, exumações, histórico de defunto e sepulturas, ocupação, etc., tudo simplificado apenas com alguns "clics" do rato. Gera guias de receita, mas pode fazer ligação ao POCAL - Núcleo Data, e efetuar a descarga automática para a contabilidade, não necessitando assim, de inseri-las manualmente.



Valor: **16,25€/mês**
(1 utilizador)

Canídeos

Programa para registo e licenciamento de cães e gatos. Uma vez já registado, só precisa de 3 "clics" do rato para efetuar o licenciamento e a emissão da licença do animal. Permite organizar um verdadeiro processo para cada cão, efetua filtragens sobre a obrigatoriedade do chip, do seguro, termo de responsabilidade, etc., realiza ainda todos os cálculos automaticamente dos valores das licenças e possíveis penalizações associadas. Gera guias de receita, mas pode fazer ligação ao POCAL - Núcleo Data, e efetuar a descarga automática para a contabilidade, não necessitando assim, de inseri-las manualmente.



Valor: **12,50€/mês**
(1 utilizador)

Módulos:

Correspondência e Atendimento

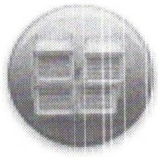
Este programa apresenta-se como imprescindível para controlar o fluxo de correspondência recebida e emitida. É, sem dúvida, uma boa forma de uniformizar todos os documentos emitidos pelos serviços de atendimento ao público, pois permite a criação e personalização do corpo dos mesmos, sejam estes atestados, ofícios ou cartas, através de ligação ao Word. Permite total monotorização dos documentos emitidos: (pessoas, datas e outros), para além de outras funcionalidades como listagem de aniversariantes e conta corrente, permite a reprodução de um documento já existente. Gera guias de receita, mas pode fazer ligação ao POCAL - Núcleo Data, e efetuar a descarga automática para a contabilidade, não necessitando assim, de inseri-las manualmente.



Valor: **16,25€/mês**
(1 utilizador)

Inventário

Programa de fácil utilização elaborado na mais avançada plataforma de desenvolvimento, permite ao utilizador proceder à inserção de todos os bens inventariáveis (móveis, imóveis e veículos), com acesso ao classificador, tabela de características e com até 2 fotografias. Faz a impressão de fichas individuais para cada bem, emite mapas e listagens oficiais para apreciação da Assembleia de Freguesia, gere abates e cedências de material, processa as amortizações automaticamente.



Valor: **15,00€/mês**
(1 utilizador)

Tesouraria

O programa de tesouraria tem como finalidade a simplificação da emissão das guias de receita através de uma pré-configuração, que permite ao utilizador apenas selecionar o tipo de receita, como atestados, senhas, etc, não necessitando aquele de ter conhecimentos orçamentais das respetivas rubricas de lançamento



Este programa tem ligação ao Pocal, permitindo a descarga automática. Permite ainda a impressão das guias de receita em formato A4 ou A5 com original e duplicado na mesma folha; a listagem das guias de receita emitidas e a listagem dos movimentos de caixa.

Valor: **5,00€/mês**

(1 utilizador)

O valor apresentado é relativo ao contrato, com duração de 1 ano.

- **Valor total do aluguer: 85,00€/mês**

O valor do contrato, com duração de 3 anos, terá 15% de desconto

- **Valor total do aluguer: 72,25€/mês**

Condições gerais

O renting das aplicações está sujeito a uma fidelização mínima de dois anos.

A mensalidade já inclui assistência aos programas e novas atualizações.

Após a receção da adjudicação desta proposta, a Núcleo Data executará os serviços constantes na mesma no período de 30 dias úteis.

O serviço será executado por uma equipa de profissionais, devidamente capacitados para o efeito, que será nomeada aquando da marcação da data de execução com o cliente.

Condições comerciais

Nos preços de renting só estão incluídas instalação e formação remota. Com instalação e formação no local será cobrado um valor adicional.

O valor de cada posto adicional equivale a 5% do valor da mensalidade correspondente, por exemplo:
-Mensalidade Pocal/SNC-AP: 20,00€
-Posto adicional do Pocal/SNC-AP: 1,00€

O cliente deverá indicar na folha de adjudicação o tipo de faturação pretendida. Para mensalidades inferiores a 30,00€, a faturação será realizada anualmente, numa prestação única.

A data de vencimento das faturas remetidas deverá ser sempre respeitada, sob pena de pagamento de juros comercias sob as mesmas.

Confidencialidade e proteção de dados

A Núcleo Data compromete-se a respeitar a confidencialidade dos documentos e de outras informações/ dados pessoais que, no desenvolvimento dos trabalhos, possa vir a ter acesso, tendo como princípio o cumprimento das diretrizes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD UE2016/679), sobre o qual está abrangida.

De igual forma, caberá à Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos respeitar o mesmo princípio, defendendo a metodologia e os materiais usados no decorrer desta prestação de serviços, incluindo a presente proposta.

Modelo de adjudicação de serviços

Enviar para:

Núcleo Data – Consultoria e Programação Informática, Lda.

Email: geral@nucleodata.pt

FAX: 253 213 824

Carta: Rua Irmãos de Sousa, 18
4715-246 BRAGA

Designação Social: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Morada: Rua das Pereiras nº79

Nº Contribuinte: 510837662

De acordo com a proposta apresentada, confirmamos o nosso interesse em adjudicar a seguinte:

Proposta nº: PROP.2018.186

Marque (X)	Descrição
	Contrato c/ duração de 1 ano (85,00€/mês)
X	Contrato c/ duração de 3 anos **(15% desconto)** (72,25€/mês)

Faturação:

- ☐ Trimestral
- ☐ Semestral
- ☒ Anual

☒ Concordo com as condições gerais, comerciais e de confidencialidade constantes nesta proposta

Data: ___/___/_____

Assinatura do responsável e carimbo da entidade

Esta proposta tem validade de 60 dias a contar da data de emissão
Aos valores apresentados acresce IVA à taxa em vigor

Ordem do dia

Ata nº 15
12.12.2018

Despacho nº 22/2018

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA O PREENCHIMENTO DE UM POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL

As Autarquias Locais têm vindo a assumir um papel preponderante na diversificação dos serviços a prestar aos fregueses, em diversas áreas da Junta de Freguesia.

São visíveis várias lacunas ao nível dos recursos humanos que importa urgentemente resolver.

Para suprir as necessidades inerentes à prestação de serviços às populações, tornou-se imperativo assumir um maior investimento no quadro de pessoal e dotá-lo de mão-de-obra qualificada, dando resposta às necessidades permanentes dos serviços.

Assim, foram analisadas necessidades de recrutamento urgentes e necessárias à prossecução das várias atividades da freguesia, já fundamentadas no Mapa de Pessoal do ano de 2019 (doc.1).

Como referido, o Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2019 contempla um posto de trabalho na categoria e carreira geral de assistente operacional a ocupar na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na área de Cantoneiro de Limpeza. A Autarquia Local poderá proceder à abertura de procedimento concursal com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, desde que se verifiquem determinados requisitos legalmente previstos.

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à aplicação e adaptação à Administração Local, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos respetivos órgãos do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (que estabelecia os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas) – LVCR, determina nos artigos 4.º e 9.º que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal aprovados nas condições previstas no n.º 2 do artigo 6.º da LVCR são precedidos de aprovação do respetivo órgão executivo (Junta de Freguesia), por arrastamento do n.º 2 do artigo 42.º - preambular – da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP).

O n.º 1 do artigo 30.º da LTFP estabelece que o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento do posto de trabalho previsto no Mapa de Pessoal.

O n.º 1 do artigo 33.º da LTFP estabelece que o recrutamento é decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, nos termos do artigo 27.º da mesma Lei, no caso das freguesias, pelo Presidente da Junta de Freguesia.

As autarquias locais e demais entidades da Administração Local poderão proceder ao recrutamento de trabalhadores, contudo, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental,

deverão ser cumpridos os limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Considerando que o posto de trabalho encontra-se previsto na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e não ocupado no mapa de pessoal da freguesia de Macieira da Lixa e Caramos.

Considerando as obrigações, em matéria dos serviços prestados, a vontade de dispormos de um serviço de qualidade adequado, bem como a necessidade de disponibilizarmos de apoio que facilite a resposta do serviço, torna-se imperativo assumir um maior investimento no quadro de pessoal e dotá-lo de mão-de-obra, dando resposta às necessidades permanentes do serviço, designadamente a existência de mais recursos humanos;

Considerando que o interesse público no preenchimento do posto de trabalho em apreço é notório face às áreas de intervenção e as atribuições e competências cometidas à respetiva unidade orgânica e ainda a falta de resposta da mesma nas suas áreas de intervenção, por forma a garantir a qualidade e capacidade de resposta dos serviços, conforme informação do serviço;

Face à análise de Recursos Humanos na União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, para garantir as necessidades da realização de tarefas, competências reforçadas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, quer por ter a consciência de haver uma necessidade de garantir uma especialização dos seus recursos, justificam a carência sentida e a necessidade de abertura de procedimento.

Considerando que os encargos com os referidos recrutamentos encontram-se previstos no orçamento da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos. Junta-se a respetiva informação de cabimento (doc.2);

Considerando que para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA, na qualidade de Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC);

Considerando que de acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, «As Autarquias Locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, ficando dispensada desta formalidade de consulta até que venha a constituir a EGRA junto de entidade intermunicipal», e não existem reservas de recrutamento nem pessoal em requalificação nesta autarquia;

Considerando as dificuldades de recrutamento, para o posto de trabalho indicado, de trabalhadores detentores de vínculo por tempo indeterminado, o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração, consagrado no artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade, permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP;

Considerando estar fundamentado o recurso ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público mediante procedimento único por razões, designadamente, de

celeridade, economia processual, aproveitamento dos atos e, bem assim, numa lógica de contenção de custos, até porque a admissibilidade deste procedimento não invalida nem escusa da observância dos requisitos e prioridades legais;

Considerando que consultada a listagem dos registos na aplicação SIAL, verifica-se que tem sido cumprido integral e pontualmente o dever de informação. O SIOE é uma base de dados relativos à caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos respetivos recursos humanos. A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos tem procedido regularmente ao carregamento e atualização dos dados, trimestralmente, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIAL), criado junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, onde consta a caracterização das entidades públicas e caracterização dos recursos humanos das entidades públicas. A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos tem cumprido pontual e integralmente todos os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, na sua redação atualizada;

Considerando os pressupostos com referencia à data atual, acrescido do facto de a freguesia não se encontrar na situação prevista no artigo 33.º da Lei n.º 7-A/2016, uma vez que não se encontra em situação de saneamento ou de rutura, a despesa inerente à abertura de procedimento para recrutamento de novos postos de trabalho não põe em causa, tendo em consideração a informação financeira á data atual, o cumprimento das regras do equilíbrio orçamental e do limite ao endividamento, em conformidade com as respetivas demonstrações;

Torna-se imprescindível, e urgente, o recrutamento de um novo trabalhador, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestações de serviço público legalmente estabelecidas, ponderada a carência dos recursos humanos na freguesia de Macieira da Lixa e Caramos.

Em face de tudo o exposto e considerando que no mesmo Mapa de Pessoal se encontra previsto um lugar vago, correspondente ao posto de trabalho da área funcional na qual sentimos necessidade de recrutamento objetivando garantir determinadas atividades da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos em prol da comunidade e considerando ainda que estão cumpridos os preceitos legais, para a abertura do procedimento concursal;

No uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sequencia da deliberação favorável do órgão executivo, datada de 14 de novembro de 2018, tomada em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 dezembro, determino a abertura, pelo prazo de dez dias uteis de procedimento concursal, para ocupação de 1 (um) posto de trabalho na categoria e carreira geral de Assistente Operacional, para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Mapa de Pessoal da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, previamente aprovado, com o seguinte enquadramento:

1 – Um posto de trabalho – Assistente Operacional – Cantoneiro de Limpeza

2 – Reserva de Recrutamento:

Não existe reserva de recrutamento interna para ocupação do posto de trabalho em causa nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA, na qualidade de

Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), em 7 de dezembro de 2018, foi-nos transmitido que: "*... não tendo, decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado".*

O INA, enquanto entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), ainda não procedeu à publicitação de qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 43.º e para os efeitos do n.º 1 do artigo 47.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

3 – Recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional (requalificação):

A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, encontra-se dispensada de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.

Em cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 34.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que prevê um tipo de procedimento exclusivamente destinado ao recrutamento de pessoal em situação de valorização profissional (Requalificação), operado através de Portaria, de acordo com solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de 15 de maio de 2014, devidamente homologada por Despacho n.º 2556/2014-SEAP, de 10 de julho de 2014, Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, *"As autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação"*, com o perfil profissional pretendido, assumindo cada organismo a posição de entidade gestora da requalificação nas Autarquias (EGRA) enquanto esta não se encontrar ainda constituída, o que é efetivamente aqui o caso.

4 - Legislação aplicável:

O presente procedimento rege-se pelo disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2015, aplicável por força do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2018.

5 - Caracterização dos postos de trabalho:

Exercer as atividades inerentes à carreira e categoria de Assistente Operacional, nos termos do mapa anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, correspondente ao grau 1 de complexidade funcional, complementado por competências de apoio geral, nomeadamente, realizar funções de natureza executiva, de caracter manual e mecânico, executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo quando necessário á manutenção e reparação dos mesmos, assegurar a higiene, limpeza e conservação das instalações das Freguesias, colaborar eventualmente nos trabalhos auxiliares de montagem e desmontagem e conservação dos equipamentos, auxiliar na execução de cargas de descargas, realizar tarefas de arrumação e distribuição, manutenção dos espaços verdes, limpeza de vias, sarjetas e sumidouros, manutenção dos cemitérios, pequenos trabalhos de construção civil, em escolas, vias, mobiliário urbano, abertura e fecho de instalações da autarquia, manutenção da rede viária, pequenos trabalhos de construção civil,

pichelaria, carpintaria e serralharia e apoio à Unidade Local de Proteção Civil de Macieira da Lixa e Caramos.

A descrição das funções em referência não prejudica a atribuição ao trabalhador de outras funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificações profissionais adequadas e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do artigo 81.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

6 - Local de Trabalho:

Área de Macieira da Lixa e Caramos.

7 - Fundamentação:

O preenchimento do posto de trabalho com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado visa colmatar necessidades permanentes dos serviços, conforme estabelecido no Mapa de Pessoal da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, para o ano 2019.

8 – Prazo de validade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, o procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

9 - Posicionamento remuneratório:

Tendo em conta o preceituado no artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias é objeto de negociação com o empregador público, a qual terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, com os limites e condicionalismos impostos pelo n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE para 2015), aplicável por força do artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, mantido em vigor pelo artigo 18 da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março (LOE 2016), a posição remuneratória de referência é a seguinte: 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 1, a que corresponde, presentemente, a remuneração base de €580,00 (quinhentos e oitenta euros) correspondente à da Tabela Remuneratória Única, da categoria de Assistente Operacional.

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, aplicável por força do artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, os candidatos detentores de uma relação jurídica de emprego público informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

10 – Requisitos de admissão:

10.1 – Requisitos gerais: Poderão candidatar-se indivíduos que até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas reúnam os seguintes requisitos definidos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e que são os seguintes:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

f) Ser titular de carta de condução de ligeiros de passageiros.

10.2 – Habilitações literárias exigidas: escolaridade obrigatória, aferida em função da data de nascimento do candidato, sendo nos termos dos artigos 12.º, n.º 1, e 13.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 538/79, de 31 de dezembro, a 4.ª classe para os nascidos até 1 de janeiro de 1967, o 6.º ano de escolaridade para os nascidos após esta data, inclusive, e aos nascidos a partir de 1 de janeiro de 1981, inclusive, é exigido o 9.º ano de escolaridade, nos termos dos artigos 6.º e 63.º, da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

10.3 - Não é possível substituir o nível habilitacional por formação ou experiência profissional;

10.4 – Os candidatos devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

11 – Requisitos de Vínculo - Âmbito de Recrutamento:

11.1 – Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e de outras disposições complementares, nomeadamente resultantes da aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2019, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

11.2 – Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º do Anexo à lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no número anterior, pode proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecida.

12 - De acordo com o disposto na alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria, e não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal deste Município idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

13 – Forma e prazo para a apresentação das candidaturas:

13.1 Formalização das candidaturas - as candidaturas deverão ser formalizadas, sob pena de exclusão, mediante preenchimento de formulário tipo de utilização obrigatória, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de maio, publicado no DR, 2ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponível em www.macieiradalixa-caramos.pt ou nos serviços administrativos da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, podendo ser entregues pessoalmente nos serviços de atendimento da união ou remetidas por correio, sob registo e com aviso de receção, para o endereço referido, devendo constar, obrigatoriamente os seguintes elementos: identificação

completa do candidato (nome, estado civil, profissão, data de nascimento, nacionalidade, filiação, número de contribuinte, residência, código postal, telefone e endereço eletrónico, caso exista).

13.2 – Prazo - As candidaturas devem ser entregues no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação na 2.ª série do *Diário da República* (artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril).

13.3 – Só é admissível a apresentação de candidaturas em suporte de papel, não sendo aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

13.4 – Com o formulário de candidatura deverão ser apresentados os seguintes documentos, sob pena de exclusão:
a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou cartão do cidadão atualizado e Fotocópia do número de identificação fiscal, contendo a seguinte declaração: "Declaro consentir, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, e no âmbito do presente procedimento, na reprodução do cartão de cidadão, ou documento equivalente, em fotocópia"
b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias, ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito;
c) Curriculum vitae detalhado, atualizado, devidamente datado e assinado, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstâncias ou elementos que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, os quais serão tidos em consideração pelo Júri do procedimento concursal se devidamente comprovados, nomeadamente por fotocópia dos documentos comprovativos, e anexados ao mesmo;
d) No caso dos candidatos detentores de relação jurídica de emprego público, declaração (com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas) emitida pelo serviço de origem a que o candidato pertence, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade da relação jurídica de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa, as últimas três menções de avaliação de desempenho e a identificação da carreira/categoria em que se encontra inserido, com a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória auferidos;
e) Comprovativo das ações de formação frequentadas e ministradas de onde conste a data de realização e duração das mesmas, sob pena de essas não serem consideradas pelo júri do procedimento.

13.5 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

13.6 - Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento.

14 - Métodos de Seleção:

No presente procedimento concursal serão aplicados os dois métodos de seleção obrigatórios e um facultativo, referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Prova de Conhecimentos Prática (PC) – método obrigatório;

Avaliação Psicológica (AP) – método obrigatório;

Entrevista Profissional de Seleção (EPS) – método facultativo.

E, aos candidatos que reunirem as condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º, do mesmo diploma legal, ser-lhes-ão aplicados, caso não tenham exercido a opção pelos métodos anteriores, de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo e diploma, os métodos de seleção:

Avaliação Curricular (AC) – método obrigatório;

Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – método obrigatório;

Entrevista Profissional de Seleção (EPS) – método facultativo

14.1 – A Prova de Conhecimentos Prática (PC), visa avaliar os conhecimentos académicos e ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da correspondente função do posto de trabalho a ocupar.

As competências técnicas traduzem-se na capacidade para aplicar os conhecimentos a situações concretas e à resolução de problemas, no âmbito da atividade profissional.

14.1.1 – Forma, natureza e duração da Prova de Conhecimentos Prática:

Este método de seleção assume a forma prática de realização individual, com a duração de trinta minutos e terá uma ponderação de 50% na valorização final. Consistirá na limpeza de valas, sumidouros, espalhamento de saibro e poda de árvores.

Serão avaliados os seguintes parâmetros:

- Perceção e compreensão das tarefas (0-5);
- Celeridade e qualidade de realização de tarefas (0-5);
- Segurança na execução (0-5);
- Grau de conhecimentos (0-5).

14.2 – A Avaliação Psicológica, visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Esta prova é valorada da seguinte forma: em cada fase intermédia do método, através das menções classificativas de Apto e Não Apto, na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado, através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. Será efetuada por entidade externa competente para este efeito.

14.3 – A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. São adotados os níveis de classificação de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, os quais correspondem, respetivamente, às classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

15 – Ponderação para a valoração dos métodos de seleção:

A ponderação para a valoração final da Prova de Conhecimentos Prática é de 50%, para a Avaliação Psicológica é de 25% e para Entrevista Profissional de Seleção é de 25%.

A ordenação final dos candidatos resultará da aplicação da seguinte fórmula e resulta numa escala de 0 a 20 valores:

OF = (50%PC+25%AP+25%EPS/100)

Em que:
OF = Ordenação Final;
PC = Prova de Conhecimentos Prática;
AP = Avaliação Psicológica;
EPS = Entrevista Profissional de Seleção.

Cada um dos métodos utilizados é eliminatório pela ordem enunciada, sendo excluído o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

16 – Os métodos de seleção são aplicados pela ordem indicada sendo excluídos os candidatos que não comparecerem a qualquer um dos métodos de seleção, os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não sendo convocados para a realização do método de avaliação seguinte, bem como, aqueles que tenham sido dispensados da aplicação dos métodos de seleção na situação de utilização faseada dos mesmos.

17 – Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, os candidatos têm acesso às atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que as solicitem.

18 – Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e artigo 35º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

19 – As prioridades a observar no recrutamento obedecem ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP.

20 – Utilização faseada dos métodos de seleção: Atendendo à celeridade que importa imprimir ao presente procedimento concursal, tendo em conta a urgência no preenchimento do posto de trabalho em apreço, e considerando o disposto no artigo 8º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, os métodos de seleção indicados serão aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por tranches sucessivas de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades dos serviços. Dispensa de aplicação do segundo método ou dos métodos seguintes aos restantes candidatos.

21 – De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria, para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

22 – Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma legal.

23 – A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, e disponibilizada na página eletrónica da União das Freguesias.

24 – A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será afixada em local visível e público do Edifício dos Paços do Concelho e será ainda publicitada na página eletrónica da União (www.macieiradalixa-caramos.pt) em data oportuna, após aplicação dos métodos de seleção.

25 - Composição e identificação do Júri

Presidente: Senhor Marco César Teixeira da Silva, Presidente da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Vogais efetivos – Liliana Patrícia Pires da Cunha, Tesoureira da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e João Carlos de Almeida Ferreira, Secretário da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Vogais suplentes – Lúcia Manuela Mesquita e Silva, Presidente da Assembleia de Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos e António Joaquim Ribeiro da Silva, Membro da Assembleia de Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos.

26 – Nos termos do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, nos concursos em que o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e igual ou superior a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

27 – Os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como as respetivas capacidades de comunicação/expressão, sendo dispensada a apresentação imediata do documento comprovativo da deficiência, nos termos dos artigos 6º e 7º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro.

28 - "Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

29 – Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da LTFP e no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, o presente procedimento concursal será publicitado na 2.ª série do *Diário da República* por publicação integral, na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, na página eletrónica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, por extrato, a partir da data da publicação no *Diário da República*, e num jornal de expansão nacional/regional, por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contados da data da publicação no *Diário da República*.

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2019

O presidente da União

(Marco César Teixeira da Silva)

Doc. 1

Anexos Despacho 22

União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ata nº 14
14.11.2018

Ordem do dia

Proposta nº 38/2018

Alteração ao Mapa do Pessoal da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, para o ano de 2019, aprovado em reunião de executivo em 14 de novembro de 2018 e aprovado em Assembleia de Freguesia em _____ de _____ de _____.

Atribuições/Competências Atividades	Unidade Orgânica Critérios de competência ou de produto /área e atividades	Técnico Superior	Assistente Técnico	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Área de Formação Académica e /ou Profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a) (b)
Exercício de funções na área administrativa	Serviços Administrativos e Financeiros	0	1	0	0	0	1	1 (a)
Exercício de funções na área de assistente operacional	Serviços de Assistente Operacional	0	0	0	1	0	1	1 (b)
Subtotal		0	0	0	0	0	2	

a) Número de posto de trabalho com relação jurídica por tempo indeterminado.

b)Número de posto de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo indeterminado

Rua das Pereiras nº 79, 4615-409 Macieira da Lixa * tel. 255 49 66 25
Email – geral@macieiradalixa-caramos.pt
www.macieiradalixa-caramos.pt

O Presidente da União das Freguesias

(Marco César Teixeira da Silva)

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade, pelos votos do Presidente, Secretário e da Tesoureira da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

DOC. 2

Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Ano: 2019

Orçamento Inicial da Despesa

Classificação Económica			Total	Sub-Total	Valor
Código		Descrição			
01		**Autarquia**	**190.545,07**		
01.03		**Administração Autárquica**	**190.545,07**		
		Despesas Correntes			
	01	Despesas com o pessoal	51.172,34		
	01.01	Remunerações certas e permanentes		46.020,34	
	01.01.04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho		14.400,00	
	01.01.04.01	**Pessoal em funções**			**7.200,00**
	01.01.04.04	**Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho**			**7.200,00**
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença		12.269,00	
	01.01.07.01	**Serviço de Jardinagem**			**9.269,00**
	01.01.07.02	**Serviço de Coveiro**			**3.000,00**
	01.01.10	Gratificações		14.316,34	
	01.01.10.01	Membros dos Órgãos Autarquicos		14.316,34	
	01.01.10.01.01	**Órgão Executivo**			**13.821,70**
	01.01.10.01.02	**Órgão Deliberativo**			**494,64**
	01.01.13	**Subsidio de refeição**			**2.635,00**
	01.01.14	**Subsídio de férias e de Natal**			**2.400,00**
	01.02	Abonos variáveis ou eventuais		30,00	
	01.02.06	**Formação**			**30,00**
	01.03	Segurança social		5.122,00	
	01.03.05	Contribuições para a segurança social		4.470,00	
	01.03.05.01	**Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)**			**480,00**
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)		3.990,00	
		A Transportar			**46.530,34**

Orçamento Inicial da Despesa

Classificação Económica		Total	Sub-Total	Valor
Código	Descrição			
01.03.05.02.02	**Segurança social - Regime geral**			**3.990,00**
01.03.09	Seguros		652,00	
01.03.09.01	**Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**			**652,00**
02	Aquisição de bens e serviços	26.530,23		
02.01	Aquisição de bens		6.214,26	
02.01.01	**Matérias-primas e subsidiárias**			**950,00**
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes		800,00	
02.01.02.01	**Gasolina**			**300,00**
02.01.02.02	**Gasóleo**			**500,00**
02.01.04	**Limpeza e higiene**			**500,00**
02.01.08	**Material de escritório**			**500,00**
02.01.11	**Material de consumo clínico**			**20,00**
02.01.15	**Prémios, condecorações e ofertas**			**1.050,00**
02.01.17	**Ferramentas e utensílios**			**750,00**
02.01.20	**Material de educação, cultura e recreio**			**1.144,26**
02.01.21	**Outros bens**			**500,00**
02.02	Aquisição de serviços		20.315,97	
02.02.01	**Encargos das instalações**			**5.289,97**
02.02.02	**Limpeza e higiene**			**1.200,00**
02.02.03	**Conservação de bens**			**400,00**
02.02.09	**Comunicações**			**2.071,55**
02.02.10	**Transportes**			**3.000,00**
02.02.12	Seguros		1.086,04	
02.02.12.01	**Seguros Responsabilidade Civil**			**183,36**
02.02.12.02	**Seguros Comércio e Serviços**			**350,48**
02.02.12.03	**Seguros Muti Riscos**			**352,20**
02.02.12.99	**Seguros Outros**			**200,00**
	A Transportar			**70.434,16**

Orçamento Inicial da Despesa

Classificação Económica		Total	Sub-Total	Valor
Código	Descrição			
02.02.14	**Estudos, pareceres, projectos e consultadoria**			1,00
02.02.17	**Publicidade**			250,00
02.02.18	**Vigilância e segurança**			1,00
02.02.19	Assistência técnica		1.066,41	
02.02.19.02	**Assistência técnica - softwarwe informático**			1.066,41
02.02.20	Outros trabalhos especializados		5.650,00	
02.02.20.01	**Serviços de Eletricista**			300,00
02.02.20.02	**Serviços de Pichelaria e Canalizações**			300,00
02.02.20.03	**Serviços de Informática**			600,00
02.02.20.04	**Serviços de Construção Civil**			450,00
02.02.20.99	**Outros Serviços Especializados**			4.000,00
02.02.25	**Outros serviços**			300,00
04	Transferências correntes	4.740,00		
04.07	Instituições sem fins lucrativos		4.700,00	
04.07.01	**Associações**			3.250,00
04.07.02	**Agrupamento de Escolas**			700,00
04.07.03	**Comissões de Festas**			750,00
04.08	Famílias		40,00	
04.08.01	**Estorno de taxas a famílias**			40,00
06	Outras despesas correntes	102,50		
06.02	Diversas		102,50	
06.02.03	Outras		102,50	
06.02.03.04	**Serviços bancários**			102,50
	Total das Despesas Correntes			82.545,07
	Despesas de Capital			
07	Aquisição de bens de capital	108.000,00		
	A Transportar			82.545,07

Orçamento Inicial da Despesa

Classificação Económica			Total	Sub-Total	Valor
Código		Descrição			
	07.01	Investimentos		103.000,00	
	07.01.03	Edifícios		1.000,00	
	07.01.03.01	**Instalações de serviços**			**500,00**
	07.01.03.07	**Outros**			**500,00**
	07.01.04	Construções diversas		97.000,00	
	07.01.04.01	**Viadutos, arruamentos e obras complementares**			**88.000,00**
	07.01.04.07	**Captação e distribuição de água**			**2.000,00**
	07.01.04.12	**Cemitérios**			**7.000,00**
	07.01.06	Material de transporte		4.000,00	
	07.01.06.02	**Outro**			**4.000,00**
	07.01.15	**Outros investimentos**			**1.000,00**
	07.03	Bens de domínio público		5.000,00	
	07.03.03	Outras construções e infraestruturas		5.000,00	
	07.03.03.13	**Outros**			**5.000,00**
		Total das Despesas de Capital			**108.000,00**
		Total do Orçamento			**190.545,07**

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

Ano: 2019

Plano Plurianual de Investimentos

Objectivo	Programa	Projecto	Ano/Acção	Designação	Classificação Orçamental		Forma de Realização	Fonte de Financiamento %			Responsável	Datas		Fase de Execução	Realizado	Despesas							Total Previsto
					Orgânica	Económica		AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos Seguintes				
																Total	Financiamento definido	Financiamento não definido	2020	2021	2022	Outros	
1				Funções gerais												4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1	1			Serviços gerais da administração pública												4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1	1	1		Administração geral												4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1	1	1	2	Aquisição de viatura	0103	07010602	O	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
2				Funções sociais												14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
2	4			Habitação e serviços colectivos												9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
2	4	4		Abastecimento de água												2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2	4	4	7	Beneficação de tanques e lavadouros	0103	07010407	E	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2	4	9		Cemitérios												7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
2	4	9	3	Construção de uma capela jazigo no cemitério de Macieira da Lixa	0103	07010412	E	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
2	5			Serviços culturais, recreativos e religiosos												5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2	5	3		Outras actividades cívicas e religiosas												5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2	5	3	4	Requalificação do espaço envolvente á capela do encontro (Caramos)	0103	07030313	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3				Funções económicas												80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
3	5			Outras funções económicas												80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
3	5	1		Alargamentos, rectificações e construções												80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
3	5	1	5	Reparação de edificios de serviço: sede de junta/ pólo de atendimento	0103	07010301	E	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
3	5	1	6	Reparação de edificios: casas mortuárias	0103	07010307	E	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
3	5	1	10	Pavimentação de ruas e valetas e encaminhamento de águas pluviais	0103	07010401	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3	5	1	11	1ª Fase da Pavimentação do troço de ligação da Rua Maçorn de Baixo á Travessa Alto da Paixão (Macieira da Lixa)	0103	07010401	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3	5	1	12	1ª Fase do alargamento, pavimentação e encaminhamento de águas pluviais na Rua da Taipa (Caramos)	0103	07010401	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Plano Plurianual de Investimentos

Objectivo	Programa	Projecto	Ano/Acção	Designação	Classificação Orçamental		Forma de Realização	Fonte de Financiamento %			Responsável	Datas		Fase de Execução	Realizado	Despesas							Total Previsto
																2019			Anos Seguintes				
					Orgânica	Económica		AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Financiamento definido	Financiamento não definido	2020	2021	2022	Outros	
3	5	1	13	Aquisição de painéis fotovoltaicos (Macieira da Lixa e Caramos)	0103	070115	O	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3	5	1	8	Pavimentação do troço de ligação da Rua Costa Rosa à Rua Aires Martins (Macieira da Lixa)	0103	07010401	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
3	5	1	9	Alargamento, calcetamento e encaminhamento de águas pluviais na Travessa de Vilela (Macieira da Lixa)	0103	07010401	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	0	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
4				Outras funções												10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00
4	1			Operações da dívida autárquica												10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00
4	1	1		Rua das Penas-Higino Pinheiro & Irmãos-Dívida 2007												10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00
4	1	1	1	Rua das Penas (Caramos) -Higino Pinheiro & Irmãos-Dívida 2007	0103	07010401	A	0	100	0		01-01-2019	31-12-2019	4	67.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00

Produto licenciado a: Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

Plano Plurianual de Investimentos

Objectivo	Programa	Projecto	Ano/Acção	Designação	Classificação Orçamental		Forma de Realização	Fonte de Financiamento %			Responsável	Datas		Fase de Execução	Realizado	Despesas							Total Previsto
					Orgânica	Económica		AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos Seguintes				
																Total	Financiamento definido	Financiamento não definido	2020	2021	2022	Outros	
				Total Geral												108.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de 20___

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de 20___

© Núcleo Data - Consultoria e Programação Informática, Lda

DOC. 3

Assunto: FW: Oficio nº 137/2018 - Reserva de Recrutamento
De: Cristina Pinto <Cristina.Pinto@ina.pt>
Data: 07-12-2018 11:07
Para: "geral@macieiradalixa-caramos.pt" <geral@macieiradalixa-caramos.pt>
CC: Nuno Lopes <Nuno.Lopes@ina.pt>, Alexandra Duarte <Alexandra.Duarte@ina.pt>

Exmo. Senhor
Dr. Marco César Teixeira da Silva,

Relativamente à consulta à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) nos termos do artigo 4º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril, e de acordo com a atribuição que é conferida ao INA, pela alínea c) do artigo 2º do mesmo Decreto-Lei nº 48/2012, informamos V. Exa. que, não tendo ainda decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado.

Informa-se ainda que, do despacho de autorização de abertura do procedimento concursal, deve constar a referência à consulta ora efetuada.

Com os melhores cumprimentos,

Cristina Pinto
Assistente técnica

Direção de Serviços de Recrutamento
e Gestão da Mobilidade (DSRGM)
T.: (+351) 21 446 5434
F.: (+351) 21 446 54 44
e-mail: cristina.pinto@ina.pt
http://www.ina.pt | Siga-nos no Facebook

-----Mensagem original-----

-----Mensagem original-----
De: geral@macieiradalixa-caramos.pt [mailto:geral@macieiradalixa-caramos.pt]
Enviada: quarta-feira, 5 de dezembro de 2018 17:43
Para: INA
Cc: presidente@macieiradalixa-caramos.pt
Assunto: Oficio nº 137/2018 - Reserva de Recrutamento

Exmo. Senhores
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

Encarrega-me o Exmo. Presidente da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, de enviar a V/Exa. em anexo o oficio nº 137/2018 - Reserva de Recrutamento.

Meus respeitosos cumprimentos,
Daniela Ribeiro
Assistente Administrativa

Anexos:

Ordem do dia

Ata nº 15
12.12.2018

Despacho nº 23/2018

Mediante a abertura do Procedimento Concursal Comum, pelo prazo de dez dias úteis, após a publicitação do aviso no Diário da Republica, para o recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de um Assistente Operacional/ Cantoneiro de Limpeza, deliberado em reunião de executivo de 14 de novembro de 2018 e em Assembleia de Freguesia de 26 de novembro de 2018, que se encontra previsto e não ocupado no mapa de pessoal aprovado para o ano de 2019.

Determino a composição do júri:

- Presidente: Marco César Teixeira da Silva, presidente da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;
- 1.º Vogal efetivo: Liliana Patrícia Pires da Cunha, tesoureiro da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;
- 2.º Vogal efetivo: João Carlos de Almeida Ferreira, secretário da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;
- 1.º Vogal suplente: Lúcia Manuela Mesquita e Silva, presidente da Assembleia de Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
- 2.º Vogal suplente: António Joaquim Ribeiro da Silva, membro da Assembleia de Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo.

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2018

O presidente da União

(Marco César Teixeira da Silva)

Ordem do dia

Ata nº 15
12.12.2018

Proposta nº 42/ 2018

Assunto: Manutenção de Espaços Verdes – referência 005/18

1. **Escolha do tipo de procedimento:**

Para os efeitos no art.º 38.º do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, propõe-se, atendendo à especificidade dos bens a adquirir e de acordo co a alínea a) do nº. 1 do artigo 16º e alínea a) do nº.1 e do artigo 20, todos do mesmo diploma, a realização de Ajuste Direto.

2. **Entidades a convidar:**

De acordo com o disposto nos artigos 113º e 114º do Código dos Contratos Públicos, solicita-se autorização para convidar as seguintes entidades:

A – Maxiflor, Lda	**B – Imagem Verde, Unipessoal Lda**
C – Enfeites Prometidos – Jardinagem Unipessoal Lda	

3. **Processo do Concurso:**

Para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 e do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, solicita-se aprovação das peças do procedimento juntas em anexo.

4. **Designação do Júri:**

De acordo com o que dispõe o n.º 1 do art.º 67 do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, torna-se necessário proceder à designação do júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao presente procedimento.
Para o feito, propõe-se que o júri tenha a seguinte constituição:

- **Presidente** – Marco César Teixeira da Silva
- **Vogal** – João Carlos de Almeida Ferreira
- **Vogal** – Liliana Patrícia Pires da Cunha

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2018
Anexo: Caderno de Encargos

O Presidente da União de Freguesias

(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 30.10.2017)

Marco César Teixeira da Silva

União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Caderno de Encargos

Empreitada 005/18

- Manutenção dos espaços verdes, incluindo o corte de relva, manutenção do sistema de rega, adubagem, pesticidas e inseticidas, poda das árvores e arbustos, fornecimento de mão-de-obra necessária, assim como maquinaria, transportes, materiais, ferramentas e outros equipamentos e produtos necessários ao correto desenvolvimento dos trabalhos, nos seguintes locais:
  - ✓ Parque de Lazer de Macieira da Lixa, com uma área de 3.530m2;
  - ✓ Percurso do Calvário de Caramos, com uma área de 4.000m2.

Preços com iva incluído.

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2018

Rua das Pereiras nº 79, 4615-409 Macieira da Lixa * tel. 255 496 625
Email – geral@macieiradalixa-caramos.pt
www.macieiradalixa-caramos.pt

22

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 15
12.12.2018

Proposta nº 43 /2018

Conforme Regulamento de Apoio ao Associativismo, foram rececionadas as candidaturas das seguintes Associações:

- Casa do Povo de Macieira da Lixa;
- Associação Desportiva do Maçorra;
- Rancho Folclórico de Macieira da Lixa;
- Associação Cultural e Recreativa "As Formigas de Macieira";

Proponho que:

Conforme as alíneas b, c do nº 2 do Artigo 6 do Regulamento de Apoio ao Associativismo seja atribuído o seguinte apoio:

- Casa do Povo de Macieira da Lixa, Associação Desportiva do Maçorra, Rancho Folclórico de Macieira da Lixa e Associação Cultural e Recreativa " As Formigas de Macieira" – 250,00 Euros;

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2018

A Tesoureira da União de Freguesias

(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 30.10.2017)

(Drª Liliana Cunha)

Parecer Prévio
Despesa devidamente cabimentada no nosso orçamento, com fundos disponíveis, conforme o artigo nº 13 do Decreto-Lei nº 155/92.

Despesa Autorizada
(22º Decreto-Lei nº 155/92)

Tesoureira da União
(Drª Liliana Patrícia Pires da Cunha)

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade, pelos votos do Presidente, Secretário e da Tesoureira da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 15
12.12.2018

Proposta nº 44 /2018

A Fábrica da Igreja de Santa Leocádia de Macieira da Lixa, solicitou, conforme o ofício em anexo, um apoio para a ajuda das despesas referentes ao almoço solidário com a população sénior de Macieira da Lixa.

Sabendo nós da importância do Grupo de Vicentinos e do seu trabalho em prol da comunidade mais desfavorecida de Macieira da Lixa. E do simbolismo e significado que reveste este evento.

Pelo exposto:

- ***Proponho que o Executivo, delibere aprovar a atribuição de um subsídio no valor de Cento e Vinte e Cinco Euros (125,00€), para a ajuda das despesas.***

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2018

A Tesoureira da União de Freguesias

(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 30.10.2017)

(Drª Liliana Cunha)

Parecer Prévio
Despesa devidamente cabimentada no nosso orçamento, com fundos disponíveis, conforme o artigo nº 13 do Decreto-Lei nº 155/92.

Despesa Autorizada
(22º Decreto-Lei nº 155/92)

Tesoureira da União
(Drª Liliana Patrícia Pires da Cunha)

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade, pelos votos do Presidente, Secretário e da Tesoureira da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 15
12.12.2018

Proposta nº 45 /2018

Conforme os ofícios que se encontram em anexo, enviados ao Grupo Desportivo e Cultural de Macieira da Lixa e ao Rancho Folclórico de Passarias e Real e lamentavelmente não obtivemos nenhuma resposta, nem nenhuma comunicação das respetivas associações para a entrega imediata das salas, somos obrigados, no rigoroso cumprimento da Lei, iniciar um processo por via judicial de despejo. Volto a reforçar mais uma vez o total desrespeito institucional que as referidas associações estão a ter com esta união.

Não obstante de as mesmas estarem constantemente a infringir a legislação.

Pelo Exposto

- ***Proponho o início do processo judicial para o despejo das referidas associações, a autorização para a realização das diversas despesas necessárias.***

Macieira da Lixa e Caramos, 12 de dezembro de 2018

O Presidente da União de Freguesias

(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 30.10.2017)

(Marco César Teixeira da Silva)

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade, pelos votos do Presidente, Secretário e da Tesoureira da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Contrato de Prestação de Serviços

Aprovado em reunião ordinária de ___/_____/____ pela União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Cláusula 2ª

Local

1. O **Segundo Outorgante** exercerá os seus serviços no Cemitério de Macieira da Lixa e Caramos.

Cláusula 3ª

Vigência

O presente contrato vigorará pelo período de 12 meses, com inicio em 1 de janeiro de 2019 e termo a 31.12.2019, tacitamente renovável por igual período.

Cláusula 4ª

Renumeração e pagamento

1. Os encargos resultantes deste contrato têm como valor máximo 3.000,00 Três Mil Euros e serão satisfeitos pela dotação inscrita na rúbrica 01.01.07.02 do orçamento de 2019 de acordo com a informação de cabimento;
2. Os horários devidos pelo **Primeiro Outorgante** à **Segunda Outorgante** serão pagos mediante apresentação, nos serviços da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, dos respetivos recibos.

Cláusula 5ª

Seguro

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente à União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos ou a terceiros.